



TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A UNIDADE DIDÁTICA COMO FERRAMENTA PROBLEMATIZADORA DAS RUPTURAS E CONTINUIDADES ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA



Título: TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A UNIDADE DIDÁTICA COMO FERRAMENTA PROBLEMATIZADORA DAS RUPTURAS E CONTINUIDADES ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor: Marcos Paulo Teixeira

Disciplina/Área:

História

Professor Orientador:

Monica Piccolo Almeida Chaves

Instituição de Ensino Superior:

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Formato do Material Didático:

Unidade Didática

Público:

Professores, Ensino Médio, Terceira série.

Teixeira, Marcos Paulo.

Transição política brasileira: a unidade didática como ferramenta problematizadora das rupturas e continuidades entre ditadura e democracia na educação básica. / Marcos Paulo Teixeira. – São Luís, 2022.

30 f.; il.

Produto educacional da dissertação Transição política brasileira: a unidade didática como ferramenta problematizadora das rupturas e continuidades entre ditadura e democracia na educação básica.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Ditadura. 3 Transição Política. 5 Unidade Didática.

CDU 93/94:37.014(075)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

**UNIDADE
DIDÁTICA**

PROFESSOR: Marcos Paulo Teixeira

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
ATIVIDADE 1	13
ATIVIDADE 2	14
ATIVIDADE 3	14
ATIVIDADE 4 e 5	15
ATIVIDADE 6 e 7	17
ATIVIDADE 8	19
ATIVIDADE 9 e 10	22
REFERÊNCIAS	24

APRESENTAÇÃO

Este produto educacional tem como principal objetivo dinamizar o ensino sobre Transição Política brasileira, a partir de atividades propostas para a terceira série do ensino médio. A unidade didática é uma ferramenta orientadora que propõe abordagens sobre um determinado tema de maneira dinâmica e diversa. Este material é destinado ao professor de História, responsável pela ministração das aulas sobre Ditadura Empresarial Militar e a Transição Política para o regime democrático.

Estão contidas nessa unidade proposições de atividades e análise documental que sejam capazes de contextualizar e aproximar o aluno do conteúdo. Existem na diversidade de exercícios uma pluralidade de possibilidades de diversas naturezas como filmes, música. Análise jornalística, atividade proposta. A escolha de cada um dele caberá ao professor de acordo com a turma e resultado desejado.

Desta forma, julgamos importante abordar um pouco sobre a Ditadura Empresarial Militar e Transição Política para registrar nossas escolhas conceituais e historiográficas.

INTRODUÇÃO

Após a primeira fase de institucionalização do Golpe e do Regime Militar, os Generais e seus ideólogos começaram a analisar as possibilidades de saída do cenário político nacional, isto sem deixar de exercer uma presença forte e tutelar a vida política brasileira.

A Transição Política entre a Ditadura, governo autoritário que geralmente se instala através de um golpe e tende a controlar os demais poderes sobretudo no Executivo, buscam não somente a supressão dos direitos como também perseguem opositores e atacam os direitos individuais. Em suma, ditadura é uma categoria de análise política que pode ser aplicada a diferentes sociedades e períodos históricos. Apesar disso, não podemos generalizar: cada momento histórico tem sua particularidade. Dessa forma, para uma compreensão desse fenômeno, precisamos nos debruçar não apenas sobre a definição geral de ditadura, mas sobre as especificidades de cada ditadura.” e a Democracia, forma de governo que tem como característica básica a escolha dos governantes pelo povo. A democracia moderna nasceu na Europa do século XVIII em oposição ao Absolutismo então vigente. Democracia é muito mais do que votar, e esse ato em si não garante para o votante a alcunha de cidadão, nem para o Estado a alcunha de democrático. Essa é a chamada democracia representativa, vigente hoje na maioria das Nações soberanas do mundo. No Brasil foi tutelada e conciliatória, e embora estivesse na agenda política dos militares, a dinâmica de ataque diário as liberdades individuais, direitos humanos, partidos políticos e candidatos de oposição não cessaram em nenhum momento dentro desse percurso. Os debates sobre a Ditadura sempre estiveram presentes na sociedade pelos mais diversos fatores, sendo como forma de lembrar ou até mesmo na tentativa de disputar a memória sobre o período, os diversos setores da sociedade entram no debate pela memória sobre a Ditadura. Há uma vasta produção historiográfica sobre o que levou ao Golpe e sobre os anos tenebrosos da ditadura no Brasil, entretanto, tão importante quanto seu começo é sua parte final, os últimos anos do regime

que perseguiu, matou e torturou brasileiros. Para além dos arroubos autoritários, a falta de participação política da imensa maioria da população durante o regime não permitiu a livre discussão sobre os projetos que a sociedade necessitava. Em torno de um mantra do desenvolvimento e com momentos de crescimento vertiginosos calçados em premissas da conjuntura econômica mundial, após a ditadura, o Brasil herdou, além de uma dívida muito grande, pífio crescimento econômico, a questão da desigualdade social como traço marcante do sistema com uma enorme concentração de renda.

O momento final da Ditadura não foi diferente. Embora tenhamos a noção das mudanças promovidas pelos ideólogos da Transição, a ditadura continuava: excessos, prisões, mortes e utilização do arcabouço jurídico autoritário foram usados da tentativa de barrar avanços da oposição e promover a vitória do partido da ditadura.

O país tem como registro uma Transição “lenta, gradual e segura” em muitos de seus livros didáticos e escritos sobre o período, mas parece destoante quando olhamos com mais atenção para a realidade que nos cerca e como tudo se encaminhou nesse processo e a narrativa construída nas obras utilizadas nas escolas de ensino básico.

Necessário entender os principais conceitos que permeiam a discussão sobre o tema. Liberalização e Democratização são termos que ajudam no entendimento do processo, mas estão ligados a fases distintas.

E o que seria a **Consolidação Democrática**? Em síntese, a depender das características dos países, a consolidação ocorre quando as regras previamente estabelecidas pelo conjunto da sociedade em contexto democrático são respeitadas e todos os conflitos do campo político são resolvidos dentro das regras democráticas, sem a necessidade ou o perigo de uma queda do Estado democrático vigente e, acima de tudo, o respeito pelos resultados dos projetos diferentes que disputam a arena política.

Aspectos de consolidação da Democracia:

Ainda nesse sentido, são abordados aspectos que condicionam a funcionalidade dessa consolidação. O primeiro deles está ligado à formação de uma sociedade livre e ativa. O segundo adverte que sem uma sociedade política autônoma essa consolidação estaria seriamente ameaçada. O

terceiro trata do Estado de direito e seu funcionamento, que garantiria as liberdades individuais e as regras quanto ao novo regime democrático. Uma burocracia estatal é fundamental no momento de transição para que essas instituições auxiliem nas reformulações e no Estado democrático, por fim, a necessidade de uma sociedade econômica que permita o desenvolvimento. A explicação em torno da “Reforma Pactuada”, com a participação efetiva de um amplo leque de atores sociais, embora seja realizada e controlada pelo alto, há pressões, avanços e recuos que ao final do processo possibilitaram o retorno a um ambiente democrático. Em função das especificidades da transição empreendida no Brasil essa saída conciliatória foi o modelo encontrado e possível no momento histórico. A hierarquia da estrutura militar, que permitiu uma direção em busca de uma saída pactuada; o papel da oposição política que ocupou os espaços durante o processo e a sociedade civil, que organizou massivos protestos contra os militares, essas peculiaridades reforçam a via de entendimento sobre a Transição no Brasil. Ao final da Ditadura, temos uma pactuação muito presente e consolidada na Assembleia Nacional Constituinte, garantindo avanços e recuos no período da Nova República, fruto dessas negociações que marcaram todo processo.

Podemos observar, em processos de Transição, das conservadoras as progressistas, alguns critérios demonstram seu sucesso ou insucesso, estes caracterizados por políticas reparação que concluídas dão ao regime democrático ferramentas no arcabouço jurídico e social que passam a funcionar como antídoto a tentativas autoritárias, de grupos ou até mesmo de instituições. No Brasil, esses mecanismos não foram colocados em prática na sua totalidade, a reviravolta e o retorno dos militares a arena política advêm da Transição Política Brasileira, que não utilizou dos meios para barrar a volta dos militares a cena da política partidária.

Entre o governo Geisel até a posse de Collor, o processo brasileiro que durou 16 anos é conceituado como Transição de regime político. Podemos dividi-la em três momentos e características: um primeiro, ainda no governo Geisel, é apresentado como Distensão. No governo Figueiredo é chamada de Abertura Política; e no período que compreende a eleição da chapa Tancredo-Sarney e ao governo do último em virtude do falecimento

de Tancredo Neves, é conhecida como Redemocratização indo até a posse de Fernando Collor de Melo (1990-1991). A divisão proposta em Distensão, Abertura Política e Redemocratização, tomando por base os governos dos últimos Presidentes militares do regime e do primeiro civil, ajuda no entendimento dos diversos fatos que ocorreram nos diferentes momentos desse longo processo.

No Maranhão a política também foi permeada pelos discursos que perpassavam a nível nacional, a própria ideia de desenvolvimento sempre esteve atrelada aos governos estaduais que seguiram ao longo de 21 anos. A figura de José Sarney como um dos políticos mais importantes na mudança e retorno da democracia, sendo que foi peça importante de apoio para os militares, desde seu governo em 1966 até mesmo sendo do partido da base dos generais. A questão do voto e da reconciliação também vai ser muito presente na imprensa, principalmente na tentativa de gerar consenso no momento de retorno aos quadros democráticos.

Evidente lembrar que os jornais fazem parte de um aparato que produz e gera consenso na sociedade, e sofre pressões e censura, entender essas dinâmicas é fundamental para ajudar a reduzir os impressionismos da época.

A classe política maranhense também foi afetada pela Ditadura. Os maranhenses foram representados por três governadores eleitos indiretamente, pelo colégio eleitoral composto pelos deputados estaduais. Isso em si já evidencia um processo político distorcido e quebra com a noção de participação política, camuflados pelos artifícios das legislações eleitorais impostos pela ditadura, que sempre buscavam dar uma noção de legalidade a sua natureza. A Transição também fez parte da política local, as mudanças dos ventos na política nacional acabavam por interferir nas dinâmicas locais, até mesmo na perda de poder. Com o maior espaço das figuras de oposição ao regime, a transmutação de figuras carimbadas apoiadores dos militares, alguns deles vão sair como defensores da democracia, e mais ainda, muitos deles vão permanecer por anos em cargos importantes, fazendo até mesmo com que seus descendentes entrem na política. Os Três governadores eleitos indiretamente foram Pedro Neiva de Santana (1971-1974), Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1979) e João

Castelo (1979-1982), os dois primeiros ainda da ARENA, e o último do PDS. Nas duas eleições que se seguiram já em votação direta, tivemos a vitória de Luiz Rocha (1983-1987) e de Eptácio Cafeteira (1987-1990). Sendo o primeiro do PDS e o segundo do PMDB.

Todas essas eleições possibilitaram a análise de como cenário local foi permeado pelas questões nacionais, o uso massivo das legislações eleitorais, as mudanças repentinas em favor dos candidatos da situação tornaram a vida da oposição além de arriscada em virtude das perseguições políticas, muito difíceis. Essas dinâmicas eleitorais locais evidenciam ainda a utilização dos espaços da oposição a fim de conquistar mais terreno político e a perda de consenso do partido da situação, quando não somente da crise econômica, a perda de apoio da população aliada a mais espaços para a oposição fez com que os eleitores optassem pela mudança no voto.

Outro elemento de análise é como a imprensa maranhense vai reportar o governo do então Presidente José Sarney, figura proeminente na política local e alçado ao cargo de Vice-Presidente na Chapa Tancredo Neves, Sarney vai ter uma ampla cobertura no governo que marcava o retorno de um civil ao posto de presidente da República.

Ponto de interesse dos jornais é com relação ao colégio eleitoral para decidir o futuro presidente. Tanto O Imparcial quanto O Estado do Maranhão vão se posicionar a fim de garantir a continuidade no processo de passagem de poder.

A primeira questão a ser enfrentado pela Presidência de José Sarney está relacionada a morte de Tancredo, reorganizar os principais nomes era desfazer uma série de compromissos assumidos em prol da passagem de poder dos militares para os civis. Os periódicos vão reportar sempre na linha da legalidade, buscando o entendimento da linha sucessória e que Sarney tinha amplos poderes para assumir e dar continuidade ao processo de retorno à democracia.

Após o impasse da posse ser resolvido, o problema central da sociedade brasileira era a economia, anos após o esgotamento do modelo dos militares, a sociedade vivia sob a égide da inflação, sem empregos e com baixo crescimento. Os três planos econômicos de seu governo vão adotar uma postura mais política do que fato econômica, buscava

principalmente garantir as vitórias eleitorais e maioria do PMDB. O plano Cruzado tem esse enfoque, vai ser posto em prática no ano de 1986 visava sobretudo garantir as vitórias eleitorais nos governos estaduais.

A Constituinte também suscita debates nos impressos maranhenses. As disputas intensas sobre os rumos da nova constituição fizeram com que os posicionamentos fossem levados mais ao intuito de garantir com críticas suavizadas ao processo e ao produto dessa constituinte. Embora a participação de camadas sociais antes deixadas de lado do processo político, o que vai demarcar a Constituinte é o forte Lobby de setores muito bem organizados, sobretudo os militares que garantiram bastante benefícios ao tocante da sua atividade e poder. Ao final teremos importantes vitórias, uma gama de direitos e uma evolução significativa no sentido das leis, a crítica principal é a participação política da maioria da população ser relegada apenas a questão do voto.

Outro elemento presente nos períodos é a luta em torno do sistema de governo, se Parlamentarismo ou Presidencialismo. Aqui vamos ver o próprio esvaziamento do poder na presidência e o poder gradativo dos chefes de governos estaduais e suas bancadas que compunham a constituinte. Os governadores não viam com bons olhos o parlamentarismo, embora boa parte da constituição estivesse sido escrita nesse sentido.

Terminado os trabalhos da constituição o ponto alto seria a eleição de 1989, a primeira a ser realizada de maneira direta, sob a égide de uma nova Constituição e com a participação massiva do eleitor. Os Jornais vão abordar muito os três candidatos mais expressivos na disputa Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Neste aspecto os jornais vão delegar a população um protagonismo maior nas eleições.

A Transição e o restabelecimento da Democracia não significaram o fim das contradições internas e disputas no seio da sociedade civil brasileira. As várias crises do capitalismo no sistema mundial interferiram nas questões locais, a ascensão do neoliberalismo promoveu e ainda promove diversas mudanças significativas na vida social. A tentativa de mudanças no projeto de dominação do Estado partiria de um regime totalmente

autoritário para um aos moldes de controle, com o primeiro projeto de abertura chamado de Distensão.

Embora o fator militar fosse preponderante na tentativa de levar toda a transição sobre sua guarda, as mudanças significativas na sociedade fizeram com que as opções dos ideólogos da transição pensassem em opções negociadas para garantir a manutenção de seus privilégios e a garantia de não perseguição com o fim eminente do regime ditatorial.

ATIVIDADE 1

1º Momento: Nesta atividade refletiremos sobre os movimentos oriundos da sociedade civil que contribuíram para o enfraquecimento das ditaduras latino-americanas do cone sul.

Objetivo: Oportunizar para os alunos uma reflexão acerca do desgaste que os regimes autoritários da América do Sul enfrentaram nos anos de 1960 e 1970.

Procedimentos: Leitura do texto (reprodução em TV ou Data Show).

Duração: 20 minutos.

1) Leia:

No decorrer dos regimes autoritários que assolaram a América Latina nos anos 1960 e 1970, iniciou-se um processo de resistência democrática em várias esferas sociais, incluindo vários atores e instituições sociais. Tal processo foi fundamental para o enfraquecimento e o fim dos regimes militares em diversos países, bem como para as mobilizações e conquistas que se seguiram: a reorganização dos partidos políticos, do movimento sindical e do movimento estudantil, o recrudescimento das pressões civis pela punição aos militares e pelo reconhecimento oficial dos mortos e desaparecidos durante o regime, as reivindicações populares no contexto da recessão econômica, dentre outras lutas que marcaram a volta ao `Estado de Direito` em muitos países de nosso continente.

(Trecho do texto: A redemocratização na América Latina, escrito por Mariana Martins Villaça e disponível em <http://antigo.anphlac.org/redemocratizacao-apresentacao>).

Levando em consideração as informações do texto acima, apresente exemplos de

mobilizações e conquistas sociais que ocorreram no contexto de enfraquecimento dos regimes ditatoriais latino-americanos das décadas de 1960 e 1970.

ATIVIDADES 2 e 3

1º Momento: Nestas próximas duas atividades examinaremos o contexto de transição política entre ditadura e democracia na América do Sul a partir da década de 1980.

Objetivo: Propiciar aos estudantes uma análise mais detalhada das diferenças e semelhanças existentes na transição entre regimes autoritários e governos democráticos na América do Sul.

Procedimentos e recursos: Leitura ou reprodução do texto em TV ou Data Show.

Duração: 20 minutos.

Leia o texto a seguir e responda as questões 2 e 3.

Entre 1979 e 1990, mais de uma dezena de países latino-americanos viveram a transição democrática: na América do Sul, por exemplo, o fim do regime militar ocorreu em 1982, na Bolívia; em 1983, na Argentina; em 1984, no Uruguai; em 1985, no Brasil, e em 1988 no Chile [ver Cronologia]. Apesar do ocaso dos regimes militares ocorrer, na América Latina, num curto intervalo de tempo, há diferenças substanciais entre os processos históricos de cada país. Na Argentina, por exemplo, o fracasso da atuação das Forças Armadas na Guerra das Malvinas (1982) contribuiu substancialmente para o enfraquecimento do regime militar e para que uma grande mobilização popular se articulasse para exigir o fim da ditadura, que ocorreu logo em seguida, em 1983. Já no Chile, apesar de ter ocorrido, durante o regime militar, um gradual fortalecimento das mobilizações populares (no início dos anos 80), e a rearticulação dos partidos de esquerdas - que conformaram o Movimento Democrático Popular - o fim do regime

militar foi um processo bem mais lento que o ocorrido na Argentina. Se comparado ao caso argentino, a estabilidade do regime militar chileno se revela no fato de que o general articulador do golpe militar de 1973, Augusto Pinochet, sempre gozou de significativa popularidade e governou o país até 1990.

(Trecho do texto: A redemocratização na América Latina, escrito por Mariana Martins Villaça e disponível em <http://antigo.anphlac.org/redemocratizacao-apresentacao>).

- 2) Considerando as informações do texto, identifique os principais países em que ocorreram regimes autoritários na América Latina.
-
-
-

- 3) Qual processo histórico interferiu diretamente no enfraquecimento da ditadura na Argentina?
- a) O surgimento do movimento das Mães da Praça de Maio.
 - b) Rearticulação dos movimentos sociais.
 - c) Derrota das Forças Armadas na Guerra das Malvinas.
 - d) A Lei da Anistia de 1979.
 - e) A forte crise econômica do início dos anos 1980.

ATIVIDADES 4 e 5

1º Momento: Reflexão sobre o movimento das “Diretas Já” e a importância que a série de comícios tiveram para o retorno do regime democrático na política brasileira.

2º Momento: Exibição da série documental “1985 – 30 anos de democracia” para os estudantes da 3ª série do ensino médio.

Objetivo: Disponibilizar aos estudantes uma leitura mais aprofundada do tema a partir de imagens e entrevistas de historiadores e cientistas políticas sobre o movimento das “Diretas Já”.

Procedimentos e recursos: Discussão sobre o conteúdo; exibição do vídeo em TV ou Data Show (computador) e resolução das questões abaixo.

Duração: 50 minutos.



Na série especial “1985 – 30 anos de democracia”, produzida pela UNIVESP e disponibilizada gratuitamente no Youtube, vários historiadores e cientistas políticos analisam o movimento que ficou conhecido como Diretas Já. Esse foi um dos marcos mais importantes do contexto da transição política entre ditadura e retorno do regime democrático na Brasil.

Considerando as informações exibidas nesta série, responda as questões 4 e 5.

- 4) As eleições no ano de 1982 marcam importante retorno dos pleitos democráticos e, pela primeira vez, desde o início da ditadura empresarial-militar em 1964, os brasileiros puderam escolher diretamente seus representantes. Levando em consideração o debate exibido na série “1985 – 30 anos de democracia: Diretas Já”, aponte exemplos de políticos de oposição ao governo militar que saíram vitoriosos daquela eleição em 1982.

- 5) A transição de ditadura para democracia no Brasil se fortaleceu na década de 1980 e uma de suas principais consequências foi retorno do

pluripartidarismo, ou seja, a existência legal de vários partidos políticos de orientações ideológicas diferentes. Dentro desse contexto, assinale a alternativa que representa corretamente o partido político de maior força dentro do contexto das Diretas Já.

- a) PT b) PDT c) PMDB d) PSDB e) PSD

ATIVIDADES 6 e 7

UTILIZANDO MÚSICAS EM SALA DE AULA!

Professor, a música é comprovadamente um instrumento de desenvolvimento da mente humana e um mecanismo que traz além de relaxamento uma maior capacidade de concentração e também de ampliação do raciocínio, principalmente no que se refere a conteúdos passíveis de reflexões filosóficas e históricas.

Além de tudo é uma ótima forma de atrair atenção, despertar curiosidade e ainda tornar mais fácil a compreensão de temas mais complexos ou que inicialmente sejam pouco interessantes para os alunos.

Nesse sentido, podemos usar a música e até mesmo os clipes de várias formas: analisando as letras e entendendo o momento histórico onde foram feitas, contextualizando períodos. No que se refere aos clipes, esses são aliados valiosos pois tem uma aderência natural com o público mais jovem e também são ricos em elementos a serem analisados.

Uma outra alternativa bastante interessante é propor atividades e trabalhos que façam os alunos pesquisar os artistas que fizeram as músicas trabalhadas em sala de aula pois geralmente o contexto histórico onde o artista estava quando fez a música nos diz muito.

Então, vamos começar a usar música em sala de aula?

1º Momento: Discutir a importância que a Música Popular Brasileira (MPB) e outras manifestações artísticas tiveram no movimento de resistência e protesto contra a ditadura.

2º Momento: Exibição ou audição da música Pelas Tabelas de Chico Buarque. Essa música retrata o contexto de protesto que existia nos anos finais da ditadura no Brasil.

Objetivo: proporcionar aos estudantes uma outra forma de linguagem artística para estudo da história do Brasil Contemporâneo.

Procedimentos e recursos: Discussão sobre o conteúdo; exibição do vídeo da música (TV ou Data Show; computador) ou audição em caixa de som; leitura da letra e resolução das questões 6 e 7.

Duração: 40 minutos.



Chico Buarque canta: Pelas Tabelas (DVD Vai Passar)

(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qFx--6XeCaQ>).

Francisco Buarque de Hollanda, mais conhecido como Chico Buarque, é um

músico, dramaturgo, escritor e ator. Conhecido por ser um dos maiores nomes da música popular brasileira, sua obra ganhou notoriedade nas décadas de 1970 e 1980, quando muitos de seus trabalhos se constituíram arte engajada e de protesto aos anos de chumbo da ditadura vivida no Brasil. A música “Pelas Tabelas”, lançada em 1984, ano de início do movimento das Diretas Já, é um claro manifesto do contexto político e social dessa época. A partir disso, ouça e analise a letra da música abaixo e responda as questões 6 e 7.

Ando com minha cabeça já pelas tabelas
 Claro que ninguém se toca com minha aflição
 Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
 Pensei que era ela puxando o cordão
 Oito horas e danço de blusa amarela
 Minha cabeça talvez faça as pazes assim
 Quando ouvi a cidade de noite batendo panelas
 Pensei que era ela voltando prá
 Minha cabeça de noite batendo panelas
 Provavelmente não deixa a cidade dormir
 Quando vi um bocado de gente descendo as favelas
 Achei que era o povo que vinha pedir
 A cabeça do homem que olhava as favelas
 Minha cabeça rolando no maracanã
 Quando vi a galera aplaudindo de pé as tabelas
 Jurei que era ela que vinha chegando
 Com minha cabeça já pelas tabelas
 Claro que ninguém se toca com minha aflição, não
 Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
 Pensei que era ela puxando o cordão
 Oito horas e danço de blusa amarela
 Minha cabeça talvez faça as pazes assim
 Quando ouvi a cidade de noite batendo panelas
 Pensei que era ela voltando prá
 Minha cabeça de noite batendo panelas
 Provavelmente não deixa a cidade dormir
 Quando vi um bocado de gente descendo as favelas
 Achei que era o povo que vinha pedir
 A cabeça do homem que olhava as favelas
 Minha cabeça rolando no Maracanã
 Quando vi a galera aplaudindo de pé as tabelas
 Jurei que era ela que vinha chegando
 Com minha cabeça já numa baixela
 Claro que ninguém se toca com minha aflição
 Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
 Pensei que era ela puxando um cordão

- 6) Quais trechos presentes na letra da música apontam que o Brasil vivia um período de forte mobilização social e política?

-
-
- 7) De quais formas a música e outras manifestações artísticas podem se tornar importantes ferramentas de combate ao autoritarismo e de defesa da democracia?

UTILIZANDO CHARGES EM SALA DE AULA!

A utilização das charges em sala de aula é um instrumento rico e com uma forte ligação com o alunado principalmente pela sua carga humorística e irônica o que estabelece uma linguagem mais próxima do aluno. A preparação para esse trabalho é fundamental pois os alunos devem ter um conhecimento prévio do conteúdo que será transmitido pelas charges para que a interpretação aconteça.

Na maioria dos casos as charges são estabelecidas em um pano de fundo crítico social e político, nesse sentido o cotidiano passa a ser parte do processo de ensino e isso atua como mecanismo para o desenvolvimento do senso crítico e expansão de visão de mundo dos discentes.

Por isso professor, na busca por métodos de ensino que facilitem o processo de ensino aprendizagem lembrem-se das charges e utilizem em seus planejamentos!!!

ATIVIDADE 8

1º Momento: Discutir o papel da imprensa escrita como instrumentos de disputa ideológica contra e a favor de regimes autoritários pelo mundo.

2º Momento: Analisar a charge de Henfil que retrata o contexto de protestos das “Diretas Já” e da luta do povo brasileiro pelo retorno da democracia.

Objetivo: Oportunizar aos estudantes a capacidade de interpretar os quadrinhos e estabelecer um diálogo entre história e linguagem iconográfica.

Procedimentos e recursos: Observação, análise e debate sobre o conteúdo mostrado na charge; computador, Data Show ou TV.

Duração: 40 minutos.



Diretas Já (Foto: Disponível em: <http://educacao.globo.com/artigo/diretas-ja-movimento-pegada-o-voto-direto.html>. Acesso em: 14/05/2022.

<https://novaescola.org.br/planos-de-aula/fundamental/9ano/historia/o-movimento-das-diretas-ja-quando-o-povo-pede-democracia/5485>
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/leitura-quadrinhos-charges-recurso-metodologico-sala-aula.htm>
<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/eleicao-indireta>

- 8) A partir da análise da charge de Henfil, qual visão o chargista queria passar a respeito da relação aos protestos da população pelo retorno das eleições diretas?

- 9) Ao dividir a turma em grupos, solicite que cada equipe elabore uma charge referente a algum tema político da atualidade. Após a elaboração dos quadrinhos, todos devem apresentar seus trabalhos para a turma.

ATIVIDADES 9 e 10





Ponto de interesse dos jornais é com relação ao colégio eleitoral para decidir o futuro presidente. Tanto O Imparcial quanto O Estado do Maranhão vão se posicionar a fim de garantir a continuidade no processo de passagem de poder.

O jornal O Imparcial, no dia 18 de janeiro de 1985, posiciona-se através do editorial “Hora de Vigilância”

A vigilância que se impõe, portanto, é como os que estão do mesmo lado. É uma vigilância, que os bons se impõem, porque desejam, realmente, que o novo governo possa conduzir o país com segurança com tranquilidade e, principalmente, como propósito de alcançar sua destinação no plano político internacional, pelo desenvolvimento econômico e pela eliminação de quaisquer perigos sociais. (Hora de Vigilância. **O Imparcial**, São Luís, 18, jan, 1985. P.4)

O Estado do Maranhão procura seguir a mesma linha editorial, na coluna de Lustosa da Costa

O discurso de Tancredo neves no congresso nacional atende a inúmeras conveniências. Não perde, com isso, o tom de reparação ao povo das diretas, que teve primeiro, antes de todos os políticos a audácia de sonhar – embalado pela hibernação cívica do regime militar – um país parecido com o que se inaugura hoje. Ainda que tarde, está convidado a tomar posse ao lado de Tancredo. Sua presença na festa era indispensável, para mostrar com quantas posses se faz uma Nova República. (O dia da caça, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 16, março, 1985. P.4)

A primeira questão a ser enfrentado pela Presidência de José

Sarney está relacionada a morte de Tancredo, reorganizar os principais nomes era desfazer uma série de compromissos assumidos em prol da passagem de poder dos militares para os civis. Os periódicos vão reportar sempre na linha da legalidade, buscando o entendimento da linha sucessória e que Sarney tinha amplos poderes para assumir e dar continuidade ao processo de retorno à democracia.

As duas imagens e os recortes de jornais estão inseridas num contexto de mudanças políticas importantes na Transição brasileira: a posse dos presidentes José Sarney (1985-1989) e Fernando Collor de Melo (1990-1992). No primeiro, a eleição da chapa Tancredo-Sarney em 1985 foi indireta e marcava a passagem de poder dos civis para os militares. Já a segunda, referente a posse de Collor, após a primeira eleição direta em 1989 consolidava as instituições civis mediante pleitos eleitorais livre e diretos que perduram até os dias atuais.

Levando em consideração a análise das duas manchetes de jornais e o texto acima sobre o tema, solicite aos alunos que eles organizem dois modelos de eleição (um direto e outro indireto) e que expliquem as principais diferenças existentes entre estes.

1º Momento: Destacar a importância da imprensa como ferramenta de manutenção e defesa da democracia no Brasil, assim como reforçar a necessidade dos jovens de participar diretamente das escolhas políticas em todos os âmbitos da sociedade.

2º Momento: Dividir a turma em 4 grupos:

1 grupo: responsável pelas regras da eleição

3 grupos com candidatos a presidente.

3º Momento: De acordo com as linhas Editoriais dos jornais, trabalhar com os alunos a importância do período em tela e procurar elaborar uma análise a partir da preocupação nas passagens de poder dentro da democracia, os ritos republicanos, fortalecendo nos alunos o espírito democrático e também a capacidade de entendimento das regras do jogo no estado democrático de direito.

Objetivos: demonstrar o que é uma eleição indireta, fazer um paralelo com as eleições atuais e compreender a importância de participar diretamente das escolhas políticas em seu país.

Procedimentos e recursos: observação, análise e debate sobre o conteúdo mostrado na charge; computador, Data Show ou TV.

Duração: 100 minutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. **A democratização do Brasil: atores e contextos.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABUD, Katia Maria. **A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular.** Educar em Revista, Curitiba, n. 42, p. 163-171, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n42/a11n42.pdf> >

_____. **Pedagogia Cidadã:** cadernos de Formação: Ensino de História. São Paulo, UNESP, 2004.

AZEVEDO, Gislane. SERIACOPI, Reinaldo. **História 3 Passado e Futuro: Do século XX aos dias de hoje.** 1. Ed – São Paulo: Ática, 2016.

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. Legislação e entendimento do ensino de história no PNLD 2018. **Boletim Historiar**, vol.06, n.04, Out. /Dez. 2019, p. 80-95. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/12833>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** [S.l: s.n.], 2005

_____. **Livro didático e saber escolar: 1810- 1910.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **História das populações indígenas na escola:** memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**. 2. Ed – São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. –Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Publicado no Diário Oficial da União em 12/12/2017.

BRASIL. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos/ Ministério da Educação** – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **Crises da República: 1954, 1955 e 1961**. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FORQUIN, Jean-Claude. **Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais**. *Teoria & Educação*, Porto Alegre: n.5, pp.28-49,1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação: o sonho possível**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *O educador: vida e morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, p.89-101.

- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.
- LE MOS, Renato. **Ditadura, Anistia e transição política no Brasil (1964-1979)** - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LE MOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-64**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.
- LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: A experiência do sul da Europa e América Latina**. – São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos e história social**. In: _____. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MELLO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. NIEP-MARX – UFF, 2013. Disponível em. www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/download/35/32
- MORAES, Denis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun. 2010.
- MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.
- MOTTA, Márcia. **“História, memória e tempo presente.”** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos**. História e Filosofia da Educação. 1997. 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1997.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática**. Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421- 461, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. (2007). **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. Revista História e Lutas de Classe, ano 3- edição nº 4. pag.49.

PADRÓS, Enrique Serra. **História Do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional E Arquivos Repressivos**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan. / jun. 2009.

PAIS, A. A unidade didática como instrumento e elemento integrador de desenvolvimento da competência leitora: crítica da razão didática. In: AZEVEDO, Fernando (org.) **Didática e práticas: a língua e a educação literária**. Guimarães: Ópera Omnia, 2013, p. 66-86.

Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC. 1999.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. **A aula como texto: historiografia e ensino de História**. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (Orgs.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

PINSKY, J. Introdução. In: _____; PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da cidadania**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ROCHA, Helenice. **A narrativa histórica nos livros didáticos, entre a unidade e a dispersão**. Territórios e Fronteiras, vol. 6, n. 3, p.53-66, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SALLUM, Brasília. **Labirintos. Dos gerais à nova republica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Roberto Santana. **Uma análise estrutural do fim da ditadura no Brasil**. Revista História e Lutas de Classe, ano 10 - edição nº 17. pag. 53-58.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de alice. O social e o político na transição pós-moderna**. 2002

SCHMIDT, Mari Auxiliadora e CARNELI, Marlene. **Ensinar História**. 1ª edição. São

Paulo: Editora Scipione, 2010

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. --- São Luís: edições SECMA, 2007.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **EDUC. REAL**, Porto Alegre, vol. 37, n.3, p. 803-821, set-dez, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>

VAINFAS, Ronaldo. (et al). **História Ensino Médio**. 3. Ed – São Paulo: Saraiva, 2017.

VILLELA, André. **Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963)**. In: GIAMBIAGI, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004)*. Rio de janeiro.